

EDUCAÇÃO AMBIENTAL INFORMAL: GEOCONSERVAÇÃO DOS GEOSÍTIOS DO GEOPARK ARARIPE

Bruna Almeida de Oliveira¹, Selton David Cavalcante Sobral²

¹ Universidade Regional do Cariri, Geografia. Endereço, E-mail: bruna.crato.almeida@hotmail.com

² Universidade Federal do Cariri, Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável, E-mail: sobralcdc@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE Sustentabilidade. Interdisciplinaridade. Geodiversidade

Entende-se por Educação Ambiental (EA) os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos coletivos e atitudes voltadas para a conservação do meio ambiente, sendo este um bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, art.1º).

Nessa perspectiva, juridicamente a EA é entendida como um componente essencial e permanente em todo o processo educativo, podendo ser no âmbito formal ou não, como orienta, aliás, os artigos 205 e 225 da Constituição Federal de 1988 (SILVA, 2003). Um dos objetivos da EA é: O incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente (BRASIL, 1999, art.5º).

A EA permite encontrar caminhos para o equilíbrio ambiental, econômico e social, configurando-se como uma ferramenta de sensibilização e mobilização, visando assim um espaço menos degradado, relacionando sociedade e natureza, abrindo um espaço para repensar as práticas sociais, (GALVÃO, 2007). O GeoPark Araripe por sua vez tem assumido um caráter efetivo frente à busca de conhecimentos sobre a temática ambiental, isto devido à forte preocupação com os recursos ambientais existentes na localidade em que o mesmo encontra-se inserido.

Pode-se destacar que uma das principais características dos recursos naturais é a própria estética da sua Geodiversidade, balizando a isto, se encontra cravado no sertão nordestino um oásis, tal título é justificado pela riqueza em fontes de água doce, possibilitando o surgimento de espécies no reino vegetal e animal que não são encontradas de forma corriqueira na caatinga.

Sendo assim é fundamental apoiar-se em ações educativas voltadas para a conscientização coletiva e à participação na defesa do ambiente, na qual os poderes públicos devem promover a difusão de campanhas educativas relativas ao meio ambiente, à participação das empresas públicas e privadas, meios de comunicação, ONGs, escolas e sociedade na formulação, execução e desenvolvimento de programas e atividades vinculadas com a EA (BRASIL, 1999).

Para implementar de forma eficaz programas relacionados à EA não formal é imprescindível primar pela oportunidade de participação que deve ser dada a todos os envolvidos, permitindo questionamentos e soluções para os objetivos traçados. A realidade local sempre deve ser levada em consideração para a prática de EA, pois diz muito sobre os aspectos culturais e sociais do público-alvo (REIS et al., 2012). Nesta perspectiva, a EA aplicada no nível não formal pode ser entendida como aquela que se dá através de programas direcionados para a divulgação e fomento à geoconservação da geodiversidade, a serem aplicados fora do ambiente escolar formal, fora do contexto pedagógico, mas sem perder o caráter educativo.

Sua importância se justifica pela ampla possibilidade de aplicabilidade em qualquer local dotado de geodiversidade, desvinculada do possível enrijecimento associado aos currículos e parâmetros escolares, sendo acessível à iniciativa e criatividade de seus proponentes, os quais podem realizar ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre a geoconservação das mais diversas formas, envolvendo flexibilidade de métodos e de conteúdos e um público alvo variável em suas características: faixa etária, nível de escolaridade, nível de conhecimento da problemática ambiental, entre outros aspectos. Sua aplicabilidade se dá no

GeoPark Araripe, por exemplo, com a realização de oficinas pedagógicas aplicadas nas comunidades residentes no entorno dos geossítios, as quais versam sobre a reutilização de materiais recicláveis, réplica de fosséis, biojóias, teatro de bonecos e livro de pano; colônia de férias, além das trilhas ecológicas. Vale ressaltar, que desde a implantação em 2010, o Centro de Interpretação e Educação Ambiental já recebeu, aproximadamente, 30.000 visitantes, e no mesmo período foram realizadas 497 oficinas já citadas, atendendo a um público estimado em 15.910 participantes, desde sua criação, já foram realizadas dezessete colônias de férias nos seis municípios que compreendem o território do GeoPark Araripe, atendendo a um público estimado em 1.500 participantes, dados do último relatório do GeoPark Araripe.

A EA não formal pode ser feita sob diversas formas, tais como: nos centros de interpretação ambiental, adequando a infraestrutura ao público estudantil; elaboração de painéis interpretativos e de material impresso adequados para cada nível escolar; realização de palestras, jogos e atividades lúdicas; exposições em museus; adoção da prática dos conteúdos em trabalhos de campo, o que pode ser feito em excursões e visitas guiadas, apoiadas por técnicos com capacidade adequada e formação científica; concepção e implementação de trilhas, percursos educativos e turísticos; enfim, pela dotação de espaços em que se enquadram os elementos patrimoniais em condições de informação para os visitantes e estudantes (ALMEIDA e PORTO JUNIOR, 2012).

Referencias

ALMEIDA, S. e PORTO JUNIOR, R. **Projeto Ciclo das Rochas:** um exemplo bem sucedido do uso do patrimônio geológico como estímulo ao aprendizado de ciências naturais. Anuário do Instituto de Geociências, v. 35, n.1, p. 28-33, 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo:** orientações básicas. 2 ed. Brasília: MT, 2010. Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.

GALVÃO, Maria. Neuma. Clemente. **Educação ambiental nos assentamentos rurais do MST.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2007.

REIS, L. C. L.; SEMÊDO, L. T. A. S.; GOMES, R. C. **Conscientização Ambiental:** Da Educação Formal a Não Formal. Revista Fluminense de Extensão Universitária, v. 2, n. 1, 2012.

SILVA, J. B. **Educação Ambiental.** In: CLAUDINO-SALES, V. (Org). **Ecossistemas Brasileiros: Manejo e Conservação.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2003.